

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. Deputado João H. Campos)

Requer informações detalhadas ao Ministro da Cidadania sobre as mudanças no número de Beneficiários do Bolsa Família bem como a não correção pela inflação no orçamento destinado ao programa para 2020.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência a realização de requerimento de informação para a entrega de documentos, bem como respostas aos seguintes questionamentos, ora propostos:

1. O Programa Bolsa Família (PBF), tem apresentado desde maio a maior tendência de baixa dos últimos anos. O que justifica a redução do programa?
2. O Orçamento de 2020 prevê a manutenção do valor de R\$ 29,5 bilhões executado em 2019 para o PBF. A manutenção do valor sem qualquer correção inflacionária implica em uma redução prática do valor destinado ao programa. Quais as razões para a não adequação orçamentária do Programa à inflação de 3,27% identificada em 2019?
3. O Governo insiste em apontar os “filhos do Bolsa Família” como jovens perdidos. Com base em quê o governo sugere que estes jovens sejam inferiores aos demais, quando o próprio MEC publica dados de uma redução na série histórica da evasão escolar vinculada ao programa?¹
4. Com a não adequação orçamentária do programa, como o governo

¹ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/49571-pbf>

espera garantir o 13º do Bolsa Família em 2020?

JUSTIFICAÇÃO

Desde meados de 2019 um grupo de deputados do qual faço parte vem trabalhando incansavelmente em prol de uma Agenda Social que garanta a constitucionalização do Programa Bolsa Família (PBF) e a melhoria de políticas públicas voltadas à questão social da igualdade de condições, inclusão produtiva e do aprimoramento da assistência social. É fato que assistencialismo não é caridade e deve ser feito com responsabilidade, com critérios e voltado a ajudar aqueles em maior necessidade.

Neste sentido, apresento este requerimento de informações no intento de exercer a função particular ao legislativo de fiscalização e controle dos atos e prerrogativas típicos do poder executivo. Política de assistência social não pode ser utilizada como moeda de troca e tratada com descaso.

Dados históricos do Bolsa Família apontam para uma manutenção do benefício a uma média de 13,8 milhões de brasileiros. O que o governo fez desde maio foi promover um corte sistemático deste benefício em mais de um total de mais de 1 milhão de pessoas. Isto é, mais de um milhão de brasileiros se encontraram desamparados de maio a dezembro. De um lado, o governo garantiu o benefício de um “13º” para os beneficiários às custas de 1 milhão de necessitados sendo deixados de lado.

Levantamos os dados de 2015 até hoje e colocamos a disposição para verificar as tendências identificadas. A saber:

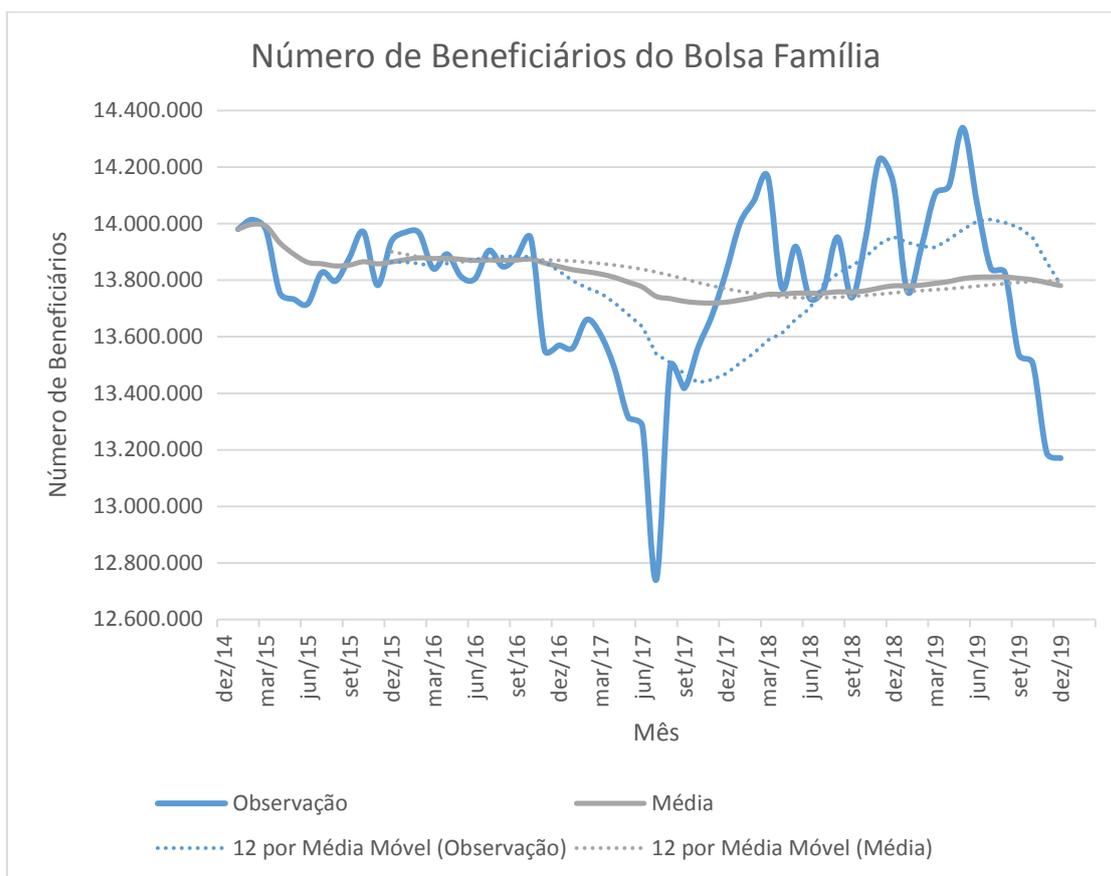


Gráfico elaborado pela assessoria do deputado, consideradas as informações divulgadas na mídia com base em informações do Ministério da Cidadania^{2 3}

É fato que as maiores quantidades de beneficiários se deram em março e novembro de 2018, bem como em maio de 2019. Mas, como observável no gráfico, os valores médios, com exceção da crise política após o impeachment da presidente Dilma, em agosto de 2016 – que promove uma queda do benefício até julho de 2017 com um posterior aumento gradual do programa retornando às médias anteriores – sempre foram da ordem de 13,8 milhões de beneficiários, quase constantes. Desde agosto deste ano a média destes 13,8 milhões não é atingida e a cada mês a quantidade de beneficiários diminui.

Há que se deixar claro que o objetivo do Programa é garantir uma justa distribuição de renda com vistas a redução da desigualdade social identificada no país. Em vez disso, em 2019, junto com os cortes no programa, o Brasil vê um aumento da desigualdade educacional e social. A extrema pobreza também

² <http://bit.ly/2t7JrKY> (acesso em 26/12) - Referente aos dados de jan/15 a nov/19

³ <http://bit.ly/2Sztqrw> (acesso em 26/12) - Referente aos dados de dez/19

aumentou. Buscamos, portanto, respostas para entender os caminhos trilhados pelo Ministério da Cidadania e como o poder legislativo pode aprimorar o PBF, garantindo uma função social eficaz para a política.

Sala das Sessões, em 27 de dezembro de 2019.

Deputado **JOÃO H. CAMPOS**
PSB/PE